

Mulher negra entre a maternidade e a violência: a representação rasurada na literatura canônica brasileira

Black woman between motherhood and violence: the amended representation in the Brazilian canonical literature

Fabiana Carneiro da Silva

Universidade de São Paulo
fabicarneirodasilva@yahoo.com.br

Palavras-chave: Teoria Literária e fronteiras raciais, maternidade negra no Brasil, “Mães-Pretas”, literatura negra e ideologia da democracia racial brasileira, literatura canônica e nacionalismo, *Um defeito de cor*.

Keywords: Literary theory and racial borders, Black motherhood in Brazil, “Mães-pretas”, Black literature and ideology of Brazilian racial democracy, Canonical literature and nationalism, *Um defeito de cor*.

A mulher negra na literatura brasileira

O texto de abertura do capítulo IV, “O escravo na vida sexual e de família do brasileiro”, da famigerada obra *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* é o seguinte parágrafo:

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo [...] a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e do negro. [...] No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano. [...] em tudo o que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. *Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo.* (Freyre, 2013, p. 367) (grifo meu)

Fazendo uso de recursos estilísticos que conferem ao texto a dimensão de uma experiência poeticamente rememorada, destaca-se o uso da primeira pessoa do plural – *nós* – como elemento que busca a adesão e inclusão do leitor no universo descrito¹. Contudo, aquilo que é apontado como influência negra na vida dos sujeitos brancos, desde uma recepção crítica à ideologia da branquitude, revela a violência do regime escravista e, assim, explicita o lugar de subalternidade da população negra: as mulheres impelidas aos cuidados para com os filhos dos senhores brancos e submetidas ao abuso sexual; as crianças expostas à dimensão exploratória do trabalho, incumbidas de entreter aqueles que numa mirada externa (sugerida pelo texto) lhe são semelhantes, mas que nem de longe, no âmbito hierarquizado das relações coloniais, constituem-se como iguais, na medida em que aos “muleques” cabe a subserviência até mesmo no ato de brincar². Nesse caso, a aparência de relação afetiva e pacífica se desfaz e a tentativa de cumplicidade entre autor e leitor não se constrói.

O excerto do “clássico texto do pensamento intelectual brasileiro” (epíteto quase sempre atribuído à obra de Freyre) abre margem metonimicamente para a exposição da ideologia da “democracia racial” (o construto de que há uma convivência harmoniosa entre as várias etnias que – miscigenadas – constituem o território Brasil), a qual se incrustou nas redes discursivas vinculadas às proposições sobre o caráter do país e resiste às mais contundentes investidas críticas. No caso da relação entre negros e brancos presente no excerto, sublima-se a agressividade da escravidão e mascara-se a posição social da população negra do período.

Não deixando de considerar que o trabalho de Freyre tem como lastro um processo de construção discursiva que lhe antecede, pode-se afirmar que de modo análogo ao mecanismo mobilizado em seu texto, a literatura alçada à condição de nacional operou um recalque no que diz respeito à representação negra. Quase um século depois da primeira publicação de *Casa Grande e Senzala*, ainda é notória a escassez da presença de personagens e narradores negros e negras no corpo de obras publicadas pelas grandes editoras do país; quando surgem, esses personagens são construídos a partir de noções estereotipadas e estigmatizadas do sujeito negro brasileiro. Tal argumento é atestado pelo trabalho de Regina Dalcastagnè

¹ Adiante, veremos que esse movimento de rememoração do passado escravista sob o signo idealizado de uma nostalgia foi procedimento recorrente entre alguns dos escritores modernistas do início do século XX. Mais recentemente, a partir da segunda década do século XXI, o tópico voltou à cena pública do Brasil por ocasião dos pronunciamentos de certos intelectuais em relação à querela em torno da denúncia de conteúdo racista na produção literária do escritor Monteiro Lobato.

² Sobre isso, escreve Maria Lucia de Barros Mott (Mott, 1989, pp. 85-96): “As crianças escravas eram também ocupadas na diversão de seus proprietários, quando eram obrigadas a brincar com os “sinhôzinhos”, ou então tocavam algum instrumento para platéia selecionada. O valor econômico, nem mesmo a pouca idade, livrou as crianças escravas dos maus tratos: eram castigadas, separadas de seus familiares, trabalhavam duro, ficando muitas vezes com marcas físicas dos castigos e do excesso de trabalho, para o resto da vida. Os anúncios de jornais sobre fuga de escravos, coletados por Gilberto Freyre, são pródigios em apresentar meninos de 10, 11 anos, com falhas no cabelo por carregarem vários tipos de mercadorias na cabeça, com as mãos calejadas, marcas de relho, parte do corpo queimadas devidos aos castigos”. A menção a outro trabalho de Freyre não deixa de ser irônica, ou ao menos de reter a complexidade desse autor, no âmbito conformado por esse artigo.

(2011), que, em pesquisa sobre “a personagem do romance brasileiro contemporâneo”, verificou que “não há no campo literário brasileiro uma pluralidade de perspectivas sociais”, sendo que o grupo social mais excluído das representações analisadas é o constituído por negros e negras. No estudo foram analisados 388 romances das maiores editoras do país, agrupados em dois períodos de publicação: de 1965 a 1979 (130 romances) e de 1990 a 2004 (258 romances)³. Focando no período de referência mais recente da pesquisa, os dados numéricos obtidos no trabalho permitem declarar que os narradores negros constituem 2,7% do total de obras e os brancos 86,9%. No que diz respeito à representação das mulheres nesse mesmo conjunto de livros, registram-se 3 negras e 83 brancas como protagonistas e 1 negra e 52 brancas como narradoras. A conclusão de Dalcastagnè é contundente: negros e negras estão praticamente ausentes das representações e, quando surgem, “a literatura [os] segrega nos segmentos de menor renda [das tramas ficcionais], mais do que ocorre na realidade” (Dalcastagnè, 2011, p. 318)⁴. A partir dos dados, podemos depreender e, como é meu interesse neste artigo, enfatizar que a posição da mulher negra é a mais problemática no conjunto de obras analisadas.

De modo a permitir que analisemos mais detidamente esse panorama formulado por Dalcastagnè, Eduardo de Assis Duarte rastreia a representação da mulher negra em escritores canônicos brasileiros e escreve:

Enquanto personagem, a mulher afrodescendente integra o arquivo da literatura brasileira desde seus começos. De Gregório de Matos Guerra a Jorge Amado e Guimarães Rosa, a personagem feminina oriunda da diáspora africana no Brasil tem lugar garantido, em especial, no que toca à representação estereotipada que une sensualidade e desrepressão. “Branca para casar, preta para trabalhar e a mulata para fornicar”: assim a doxa patriarcal herdada dos tempos coloniais inscreve a figura da mulher presente no imaginário masculino brasileiro e a repassa à ficção e à poesia de inúmeros autores. (Duarte, 2009, p. 6)

No texto, caro ao tema abordado aqui, o pesquisador recupera a violenta expressão que sinaliza os papéis que foram atribuídos às mulheres na literatura brasileira e fixa-se naquele que, segundo sua revisão, é o estereótipo da mulher negra predominante: a “mulata”⁵. É na condição de um corpo objetificado e

³ Essas editoras são: Civilização Brasileira e José Olympio no primeiro período e Record, Rocco e Cia das Letras no segundo.

⁴ Isto é, quando representa negros ou negras, a literatura o faz nos grupos pobres e marginalizados da sociedade e ainda assim “sub-representa-os nestes mesmos grupos, já que a proporção de personagens brancas entre aquelas de menor renda é elevada” (Dalcastagnè, 2011, p. 318).

⁵ Compõem o grupo dos escritores mencionados no artigo: Gregório de Matos Guerra, José de Alencar, Joaquim Manoel Macedo, Aloísio Azevedo, Jorge Amado e Guimarães Rosa. O artigo não termina sem, porém, indicar os autores (as) e obras que de modo suplementar a esse conjunto brevemente apresentado foram construindo e alimentando um outro tipo de figuração para a mulher negra, dentre eles: Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Machado de Assis, Lima Barreto e, mais recentemente, escritoras que passaram a publicar a partir do surgimento dos Cadernos Negros, tais como: Conceição Evaristo, Lia Vieira, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Geni Guimarães, Sônia Fátima da Conceição. No caso da produção destas escritoras afro-brasileiras, ele afirma: “[...] encontramos o redirecionamento da voz narrativa que, sem descartar a sexualidade, está empenhada em figurar a mulher não a partir de seus dotes físicos, mas pelas atitudes de

sexualizado ao extremo que essa mulher habita o repertório canônico das letras, nas palavras de Duarte:

animal erótico por excelência, desprovida de razão ou sensibilidade mais acuradas, confinada ao império dos sentidos e às artimanhas e trejeitos da sedução. Via de regra desgarrada da família, sem pai nem mãe, e destinada ao prazer isento de compromissos, a mulata construída pela literatura brasileira tem sua configuração marcada pelo signo da mulier fornicaria da tradição europeia, ser noturno e carnal, avatar da meretriz. (Duarte, 2009, p. 6).

Em tudo distante da representação da mulher branca pertencente à classe senhorial, a mulher negra sob essa representação possui ainda uma marca determinante: a esterilidade, indicada a priori pelo próprio termo “mulata”, que advém de “mula”, isto é, a espécie resultante do cruzamento de um jumento com uma égua. O artigo do pesquisador visibiliza como a infertilidade parece ser uma constante da caracterização da mulher negra pela literatura brasileira e associa isso à negação, no plano simbólico, da possibilidade da afrodescendência no Brasil. Em questionamento que poderia ser lido em contraposição ao excerto de Freyre, ele escreve:

Por que, então, nossa literatura canônica insiste em marcá-la [a mulher negra] com a esterilidade? Se somos a pátria da democracia racial; e se a ideologia nacionalista do século XX a elege como verdadeiro ícone dessa terra e de seu povo, procurar as motivações para esse ser tão sedutor quanto infértil se coloca como um desafio para a pesquisa. (Duarte, 2009, p. 12)

O que em Freyre aparece como memória nostálgica na imagem da “mulata” que “nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem” (2013, p. 36), é problematizado por Duarte, que procura indicar o amálgama de racismo e sexismo fundante desse tipo de representação.

Em mesma direção, está o trabalho de Mariza Corrêa que no texto “Sobre a invenção da mulata”(1996) analisa a criação da categoria “mulata” enquanto construção dos discursos médicos, literários e carnavalescos. Segundo ela, seria possível fazer um inventário dos termos com que a mulata aparece descrita na produção analisada. Em sua maioria, são palavras que fazem referência ao universo da sensação [e consumo e alimentação], sobretudo a partir de uma rica coleção de ervas e especiarias (manjeriço, cravo, baunilha, canela, alecrim, mandioca doce). Contudo, o mesmo campo semântico mobilizado para identificar positivamente a mulata é, conforme Corrêa mostra, utilizado para vinculá-la às ideias de lubricidade, volubilidade e amoralidade e classificá-la como indesejável.

Num movimento interessante que também se debruça sobre a figura do “mulato” (e busca entender suas particularidades em relação à “mulata”), Corrêa constrói sua tese a partir da afirmação de que a mulatice não é uma categoria passível de negociação, isto é, no continuum entre Brancos e Negros a figura da

luta e resistência, e de sua afirmação enquanto sujeito. Nessas autoras, o ponto de vista interno à mulher afrodescendente põe em cena o lado feminino da exclusão. Suas personagens são negras e vivem como domésticas, mendigas, faveladas, presidiárias. Mas são, sobretudo, mulheres de fibra, lideranças, referências comunitárias” (Duarte, 2009, p. 16).

“mulata”, ainda que ambígua, passou a ocupar um lugar fixo, um lugar definido como meio de caminho que a congela como símbolo social de uma sociedade que se quer mestiça. Tal constrição não é vivida pelo “mulato”. Este, no universo textual, teria transformado-se em agente social cuja ascensão está ligada à possibilidade de embranquecimento (o que significa um trânsito em direção à posição hegemônica dos homens – brancos – da sociedade). Desse modo, e agregando mais um elemento à teia discursiva que aqui foi disparada pela proposição de Freyre:

[a mulata] construída em nosso imaginário social contribui, no âmbito das classificações raciais, para expor a contradição entre a afirmação de nossa democracia racial e a flagrante desigualdade social entre brancos e não brancos em nosso país: como “mulato” é uma categoria extremamente ambígua e fluída, ao destacar dela a mulata que é a tal, parece resolver-se esta contradição, como se se criasse um terceiro termo entre os termos polares Branco e Negro. *Mas, no âmbito das classificações de gênero, ao encarnar de maneira tão explícita o desejo do Masculino Branco, a mulata também revela a rejeição que essa encarnação esconde: a rejeição à negra preta.* (Corrêa, 1996, p. 50) (grifos meus)

Delinea-se, assim, uma complexa cartografia da sociedade brasileira constituída a partir de discursos, como o literário, que vinculam raça, gênero e poder como corolários de uma concepção de nação. Desse modo, o desejo escuso do homem branco pela mulher negra classificada como “mulata”, além de fixá-la numa posição objetificada, teria, então, como contraparte, a rejeição à (própria) mulher negra, caracterizada, porém, como de “pele escura”. Num jogo de representações complexas, esse movimento oblitera a figuração da mulher negra enquanto sujeito instituído, e aqui o pleonasma parece necessário, de subjetividade e potencial de autonomia e criação. Sendo assim, a análise de Corrêa permite que vislumbremos uma oposição entre “mulata” e “mulher preta”, oposição esta também sinalizada por Duarte ao recuperar a doxa patriarcal “Branca para casa, mulata para fornicar e preta para trabalhar”; identifica-se assim, de um lado, uma construção em que o corpo da mulher negra (já caracterizado de modo híbrido) apresenta-se como meio para o “erotismo desfrutável” e do outro como força de trabalho, circunscrita ao “âmbito da senzala e do trabalho no eito”.

É ainda a potente análise de Duarte, porém, que nos leva a um outro movimento na análise desses estereótipos. Se retida a proposição desse autor, que enfatiza a esterilidade da “mulata”, podemos eleger a capacidade de ter filhos como outro componente estruturante da diferença construída entre a “mulata” e a “negra”. Isso nos leva a um outro estereótipo recorrente na produção nacional e contido no campo de caracteres da “negra preta”, a saber, a “mãe preta”. Presente na descrição de Freyre como a “escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado”, essa figuração da mulher é depreendida a partir do vínculo entre maternidade e trabalho escravo. A inserção do elemento “preta” como caracterizador da ideia (tão essencializada) de “mãe” demarca com intensidade a racialização e a posição subalterna tribuída à mulher negra e formaliza, como veremos a seguir, um sistema em que a justaposição dos termos “mãe” e “preta”

gera um curto circuito semântico, na medida em que o efeito de um sobre o outro é de ratificação e interdição de seus significados no campo simbólico nacional.

“Mães pretas”: o signo de uma interdição

Ainda que esteja presente no corpus da literatura brasileira de modo explícito e reiterado e que tenha passado a constituir um número considerável de estudos, sobretudo no universo das ciências humanas, tais como a história e antropologia, a figura da “mãe preta” não recebeu a devida atenção da crítica literária, conforme sublinha Sônia Roncador (2008), quem, desde a teoria literária, propôs-se a delimitar esse estudo. O estereótipo da “mãe preta” seria uma correspondência do que no contexto literário, cinematográfico e midiático estadunidense fixou-se como ‘mammy’, isto é, a representação da trabalhadora negra doméstica que, em consonância com a explicação de Roncador, sendo escravizada ou liberta, é destituída da relação com seus próprios filhos e passa a cuidar e amamentar os filhos das famílias senhoriais brancas. Tal qual indicado por Kimberly Wallace-Sanders (2008), em análise baseada sobretudo em significativos romances do século XIX nos Estados Unidos, a figura da “mammy” tem como principais características o dado de tratar-se de uma mulher de pele preta (remetida à África como forma de marcar distanciamento do fenótipo vinculado à miscigenação), solitária, enérgica, com autoridade respeitada pela crianças e jovens de quem cuida e atrelada ao sentimento tristeza (dor).

No contexto brasileiro, a “mãe preta”, de acordo com Roncador, alça-se à condição de um mito, em que aparece como símbolo da “fidelidade incondicional” e do “servilismo absoluto à classe senhorial”, uma mulher que “apesar de lhe ter sido retirado o filho, ama e acolhe com doçura a criança branca a que deverá amamentar” (Roncador, 2008, pp. 129-152). De modo análogo à figura da mammy, a “mãe-preta” poderia ser descrita nos termos deste mito como aquela que ama os filhos dos brancos mais do que os próprios filhos:

This early characterization lays the troubling foundation for the enigma of the mammy’s maternity: her love for her charges become more sublime, more extraordinary when it surpasses her love for her own flesh and blood, children who are owned by her master, or at times, by the young charges themselves. (Wallace-Sanders, 2008, p. 18)

Como uma das escassas fontes que se detém nessa representação na literatura brasileira, destaca-se a pesquisa de Rafaela de Andrade Deiab (2006) que, desde a antropologia social, produziu a dissertação intitulada *A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950)*. Em seu trabalho Deiab busca analisar a representação social (na acepção de Durkheim) das “mães-pretas” na literatura produzida no Brasil no período pós-abolição. A pesquisa, que, de acordo com ela, foi desenvolvida preocupando-se “menos com uma suposta ‘realidade histórica’ das escravas domésticas e amas-de-leite, do que com as versões que essa memória da “mãe-preta” permite veicular”, delimita e evidencia a ambiguidade com que as amas-de-leite foram incorporadas nas obras literárias apresentadas, sendo que na maioria das vezes “[...] o processo de

construção dessa memória implic[ou] em uma seleção que reelabor[ou] determinadas imagens (permeadas por afetividade, santidade, gratidão) em detrimento de outras (que evocam violência, conflito)” (2006, pp. 24-25).

Ainda que não realize uma análise detida dos textos literários propriamente ditos, Deiab faz um levantamento significativo das referências a “mães pretas” presentes nos autores que entre 1880 e 1950 publicaram no Brasil, incluindo aí textos integrantes da literatura infantil. Mapeia-se, então, como no transcorrer do tempo a imagem da escrava ou liberta que amamenta o filho branco dos senhores se modifica (inclusive nas formas de representação fotográfica) de modo a acompanhar o processo de modernização do país e, com ele, o desejo de apagamento do recente passado escravista. Nessa direção, a imagem da “mãe preta”, configurada a partir da oposição com o “filho branco”, vai sendo ajustada ao projeto do Estado de construção de uma identidade nacional como mestiça e, por mais que se enraíze na vexatória estrutura escravagista colonial, continua a ser evocada e reelaborada.

Em consonância com isso, a presença das amas-de-leite na produção literária do período – e, como veremos, também em parte do século XX – surge, como ficou evidente na citação de Freyre apresentada no segmento anterior, como uma forma de acomodação de conflitos e estabelecimento, por meio da ênfase no afeto da “mãe preta” pelo filho de seu senhor, de um precário equilíbrio entre posições tão arbitrariamente desiguais. Deiab sustenta, assim, a hipótese de que “seja como memória oficial, seja como memória popular ou do senso comum, ela [a figura da “mãe-preta”] permite fazer as pazes com recente passado escravocrata que, se não podia ser esquecido, podia ao menos ser lembrado em sua faceta mais íntima, afetiva e também dilacerante”(Deiab, 2006, p. 24).

É a imagem docilizada da “mãe preta”, enformada por “exotismo” e “sentimentalismo piedoso”, que aparece na maioria das obras indicadas por ela, cujos autores compõem uma “elite letrada branca e eminentemente masculina” (Deiab, 2006, p. 52). Dentre eles, a fim de recuperar o trabalho de pesquisa bibliográfica de Deiab, pode-se citar Mello Moraes Filho, que na seção intitulada “Poemas da escravidão” de seu livro *Cantos do Equador*, de 1900, apresenta inúmeras poesias sobre mães-escravas, amas-de-leite e mães de criação; Augusto dos Anjos, que no poema “Rocordanza della mia Gioventu”, publicado em 1912, lembra da sua ama-de-leite; Cornélio Pires, que em 1915 publica o livro *Quem conta um conto e outros contos (coisas de outrora)*, o qual traz dois contos em que figuram “mães pretas”; Raul Bopp, que em *Urucungo*, 1931, publica poemas sobre amas-de-leite, assim como Murilo Araújo no livro *A iluminação da vida* de 1927.

A lista elaborada pela pesquisadora é grande. Ainda como autores em que se encontram textos com representações de “mães pretas”, Deiab menciona Jorge de Lima (há muitas referências em vários de seus livros, tais como *Poemas*, 1927, *Novos Poemas*, 1929, e *Poemas Negros*, 1947), José Lins do Rego (*Meus verdes anos*, 1956, e outros de seus romances da chamada “trilogia do ciclo da cana-de-açúcar”, analisados de modo detido por Sonia Roncador), Antonieta Borges Gonçalves (*Brasil-canção*, 1954) e, na literatura infantil, Luiz Demétrio Juvenal Tavares (publicou o livro *Serões da Mãe Preta*, 1896), Olavo Bilac e Coelho Neto (na obra *Contos pátrios para crianças*, 1904), Oswaldo Orico (*Contos da Mãe*

Preta – adaptados à leitura das crianças, 1932), Viriato Correa (em *Cazuza*, 1976), Monteiro Lobato (que, dentre outras obras, escreve *Histórias de Tia Nastácia* em 1937), Luís Jardim (em *O boi Aruá*, 1940, e *O meu pequeno mundo*, 1976) e Wilson W. Rodrigues (*Pai João Menino*, 1952, obra em que o narrador é o filho preto de uma ama-de-leite escrava).

Deiab sinaliza como a figura da “mãe preta” é incorporada nas escolas literárias em que as produções desse período foram delimitadas, isto é, no romantismo, parnasianismo, simbolismo e modernismo e, no caso da prosa, também no regionalismo (dos contos sertanejos). Ao contrário da maioria dos personagens negros, que eram representados como perigosos, exarcebadamente sexualizados e repletos de vícios morais⁶, a figura da “mãe preta” apresentava-se como amável e vocacionalmente dada aos cuidados com os “sinhozinhos”. Em termos que sintetizam os desenvolvimentos da pesquisa de Deiab, a “mãe preta” ganhava existência nas obras como:

uma personagem negra que contava histórias e ajudava a criar os filhos de sua senhora. Era, nessa medida, uma negra ‘civilizada’ – próxima e ‘amiga’ da família branca. Mas, por outro lado, era também uma ‘agente civilizadora’, no sentido de que era responsável por uma certa socialização das crianças. (2006, p. 81)

O papel da ama-de-leite como agente “civilizadora”, portanto, somou-se ao papel de “produtora de mestiçagem”, na medida em que por meio do leite, das histórias e dos cuidados que transmitia às crianças operava uma fusão biológica e cultural. Contudo, como veremos, essa construção literária não eliminou a hierarquia entre negros e brancos e nem pôde fazer frente aos discursos médicos que cada vez mais condenavam a prática da amamentação mercenária como nociva às crianças, já que por meio do leite da mulher negra poderiam ser transmitidas doenças e degenerações correlatas ao “ser negro”.

No aprofundamento da análise dessas representações, o trabalho de Deiab mostra como, para os escritores mencionados, a positividade da representação literária da “mãe preta” vinculou-se ao sentimento de perda, lamentosa, de uma tradição cultuada por eles e que tinha essa figura como representante. Em avaliação de mesmo sentido chega o trabalho de Roncador (2008) já citado aqui. De acordo com essa autora, a “mãe preta” como personagem se popularizou, principalmente, nas memórias de infância de escritores modernistas publicadas entre as décadas de 1930 e 1960. Além de em Gilberto Freyre e José Lins do Rego, também citados por Deiab, constata-se sua presença em textos de Carlos Drummond de Andrade e José Américo de Almeida, todos com publicações nas quais encontram-se mães negras rememoradas, segundo Roncador, como elemento que remete à nostalgia de uma tradição aristocrática em decadência. Ela, então, afirma:

Se como argumentam vários críticos, a nostalgia constitui uma invenção literária, ou pelo menos os símbolos convencionais de nostalgia (por exemplo, os anos da infância, certas paisagens naturais, como as montanhas etc.) foram

⁶ Quando representados com alguma positividade ou notoriedade, os personagens sofriam um “embranquecimento literário”, como é possível notar em *A escrava Isaura* (Guimarães, 1998) obra na qual Isaura, uma escrava cheia de virtudes, é descrita como branca.

literariamente construídos, pode-se então afirmar que no modernismo o mito da mãe-preta torna-se um tropo privilegiado de nostalgia – nesse caso, a expressão saudosa pelo legado cultural do patriarcado [...] Além de se configurar um símbolo de nostalgia senhorial nas memórias de infância de vários escritores modernistas, a mãe-preta igualmente aparece nas telas de artistas tais como Tarsila do Amaral, Lasar Segall, Alfredo Volpi, Di Cavalcanti, assim como nos poemas de Cassiano Ricardo, Raul Bopp, Manuel Bandeira, Jorge de Lima. (2008, p. 139)

Segundo Roncador, de modo mais notório do que no período pré-modernista (entre as décadas de 1890 e 1920, período mais imediato à abolição no qual, para ela, teria havido um declínio da representação da “mãe preta” pela literatura), seria explícita e recorrente a figuração da “mãe preta” nesses autores e especialmente em José Lins do Rego. Assim como Deíab, ela propõe que a evocação deste mito ademais de referir-se ao conservadorismo em relação às mudanças socioeconômicas por que passava o país, incluindo aí a substituição dos engenhos pelas usinas de açúcar, reverberava um apego aos valores aristocráticos do passado e uma tentativa de reaver a relação complexa entre brancos e negros através do afeto expresso pelas amas-de-leite e de criação, sugerindo assim uma “utopia da confraternização das duas raças” (Roncador, 2008, p. 134). Ao invés, portanto, do antagonismo entre a família senhorial (incluindo como elemento significativo as brancas senhoras a quem são conferidos os atributos de pureza, castidade e maternidade) e escravas/libertas (interditadas de exercerem sua própria maternidade e, de modo correlato, de constituírem sua família), o que se produz em termos simbólicos no imaginário da época é a imagem da conciliação e do carinho⁷.

É dessa forma que o fato de a mulher negra ter tido a família branca como espaço de exercício de sua maternidade não é problematizado pela literatura organizada em torno do projeto de construção nacional e que, ao contrário disso, reforça simbolicamente a obstrução da possibilidade de as mulheres negras constituírem seus próprios laços afetivos e reprodutivos⁸. As representações que buscaram literariamente configurar a prática da amamentação mercenária, na qual afeto e violência estabelecem interdependência, instituíram-na de uma conotação positiva, revelando-se parciais e mitificadoras.

A contextualização desses escritos no cenário histórico-político de meados do século XIX e início do século XX, mobilizada nas interpretações de Roncador e Deieb, auxilia a delimitação do funcionamento ideológico da figura da “mãe preta”. Nesse sentido, uma vez mais, os estudos produzidos pela recente história social da escravidão permitem a revisão das narrativas históricas sob o comprometimento da perspectiva negra, até então invisibilizada. A compreensão do caráter mitificador da forma como a “mãe preta” é figurada pela litera-

⁷ De modo correlato, Wallace-Sanders (2008) mostra como a figura da “mammy” na relação com as crianças brancas é representada de modo idealizado, condutora de um amor sublime, mas na relação com suas próprias crianças, como instintiva, grosseira e selvagem.

⁸ Em termos do processos históricos subjacentes a essas produções, vale lembrar que a proibição de venda de escravos casados havia ocorrido apenas em 1869 e a lei do “Ventre Livre”, que comentaremos adiante, data de 1871.

tura nacional pode ser aprofundada quando operamos essa leitura histórica do período escravista brasileiro.

Sendo assim, Almir Chaiban El-Kareh (2004), no artigo “Famílias adotivas, amas-de-leite e amas-secas e o comércio de leite materno e de carinho na corte do Rio de Janeiro”, mostra como o leite, que é uma expressão da fertilidade e capacidade criadora da mulher negra, e até mesmo o “carinho”, adquirem valor de troca e são comercializados no mercado do país.⁹ Tendo como fonte anúncios de jornais cariocas da segunda metade do século XIX, El-Kareh expõe a existência de um comércio organizado em torno da venda do leite materno no Brasil, o qual, durante o período escravagista, era monopolizado pelos escravizadores, e, no pós-abolição, passou a ter as próprias mulheres negras (em disputa com estrangeiras e outras brancas pobres) como agenciadoras, até o momento em que o surgimento da mamadeira decretou o declínio e fim do negócio¹⁰.

Nos jornais analisados pelo historiador pode-se ler: “grande número de anúncios de procura por famílias que quisessem aceitar crianças cativas para criar e daquelas que se ofereciam para criá-las, [...] pode-se inferir que esta prática de separar os escravos recém-nascidos, ou de alguns meses de idade, de suas mães era corrente” (El-Kareh, 2004, p. 10). As análises dos jornais permitem que isso seja apreendido ao visibilizar que, não raro, em um dia era publicado anúncio disponibilizando uma “ama-de-leite” para locação o que incluía, como praxe, a indicação do “tempo de parida” dela e, no dia seguinte, outro anúncio publicava a doação de bebê de mesmo tempo de idade e pela mesma família. A animalização da mulher negra nesse processo era tão explícita que, tendo em vista o uso do termo “cabra” para referir-se às mulheres escravizadas, por vezes, era necessário explicar se o objeto do negócio era um bicho ou ser-humano como é possível notar em: “Em Niterói rua da Rainha nº 43 loja, vende-se uma cabrita de boa qualidade, com abundância de leite é criadeira de crianças e muito mansa”, descrição de uma mulher que confunde-se à de um animal. Em outro caso – “Vende-se uma cabra (bicho) com abundante leite e uma linda filha” – há a necessidade da especificação de que se trata de um bicho (El-Kareh, 2004, p. 17).

O trabalho do historiador chama atenção para algo que nas discussões sobre as “mães pretas”, a nosso ver, ainda carece de análises mais detidas: a alienação das crianças negra do convívio materno. Assim, ele descreve como, além da possibilidade de venda, outra forma pela qual os bebês e crianças eram separados de suas mães era por meio do abandono (na maioria das vezes forçoso). A chamada Casa dos Enjeitados ou Casa da Roda configurava-se como instituição de caridade, criada em 1738, para acolher crianças abandonadas, e atingiu grande popularidade ao acolher muitos dos filhos das mulheres negras¹¹.

⁹ El-Kareh escreve: “a referência ‘muito carinhosa para crianças’, recorrente nos anúncios não só das babás e das ‘mães’ adotivas, como das domésticas em geral, evidencia que esta era uma qualidade comumente exigida pelas famílias e que valorizava qualquer empregada” (2004, p. 27).

¹⁰ Como dado informativo vale lembrar que a invenção da mamadeira data de 1841; o bico (chupeta) de 1845; a pasteurização do leite de 1859 e o surgimento de um leite artificial nos EUA de 1867.

¹¹ “O nome de roda, pelo qual tornou-se mais conhecida, deve-se à assimilação da Instituição ao dispositivo onde eram depositadas as crianças. A roda era um cilindro de madeira que girava em torno de um eixo, com uma parte da superfície lateral aberta, por onde eram introduzidos os ‘expostos’. Este dispositivo permitia que as crianças fossem entregues à Casa sem que o depositá-

Isso dá a ver como, de acordo com os estudos de Lorena Féres da Silva Telles (2013), longe da idealização que tem início na segunda década do século XX, socialmente a “mãe preta” subsistiu a partir de uma vida precária que marca a condição da trabalhadora doméstica, mesmo quando livre ou liberta, submetida aos desmandos da autoridade senhorial em âmbito privado. Numa sistematização histórica, as fontes alinhavadas pelo texto de Telles configuram o curso desse processo, que materializou a violência em todas as etapas. Atesta isso o fato de que até o final do século XIX as escravizadas, ainda que grávidas, seguiam sendo comercializadas e muitas delas eram impelidas à prostituição a fim de complementarem a renda de seus senhores, que, em breve, sentiriam-se lesados pelo nascimento de uma criança livre. Desse modo, o abandono de crianças, assim como o aluguel de grávidas (até os oito e nove meses de gestação), constituíram práticas usuais até os últimos dias do escravismo¹².

No período pós-abolição, a prática da ama-de-leite prosseguiu e o aleitamento tendeu a ser uma das mais bem remuneradas ocupações das mulheres negras (que ainda assim ganhavam menos metade do que as imigrantes brancas)¹³. Contudo, conforme mencionamos anteriormente, e como também indica Roncador, a atividade foi entrando em declínio a partir do momento em que campanhas higienistas passaram a propagar a ideia de que as amas-de-leite eram potenciais portadoras de doenças, além de agirem no sentido da deformação das crianças brancas (é neste período que, segundo Roncador, a representação da “mãe preta” perde vigor: “Numa época de perseguição à ama-de-leite, e por extensão à duplicação da maternidade, não surpreende, pois, o declínio do mito da mãe-preta na produção cultural nacional” [2008, p. 138]). Telles explicita com detalhes esse processo:

Na década de 1870, novos periódicos endereçaram ao público feminino e letrado uma campanha em favor da amamentação no seio da mãe branca, propagando o temor ao contato entre escravas domésticas, mucamas, amas de leite e crianças brancas [...] A literatura médica do período criticava os ‘hábitos de perversão moral’, ‘tão incutido nos escravos’, e aconselhavam os pais a contratar amas livres, mulheres de princípios religiosos e morais, com alguma instrução e caráter meigo e carinhoso. Aqueles cientistas acreditavam também que pelo leite seriam transmitidas à criança as ‘qualidades culturais’ da nutriz. Além da transmissão da febre amarela, da cólera, varíola, tuberculose, sífilis,

rio e o recebedor pudessem ver-se reciprocamente” (Costa, 1979, p. 164). De acordo com El-Kareh (2004), havia também a possibilidade de que as amas-de-leite fossem alugadas em companhia de seus filhos, o que atendia igualmente a propósitos comerciais (livrar-se do custo de criação dos bebês) e tinha um valor de troca menor. Em 1850, o preço pelo aluguel de uma ama-de-leite não acompanhada do filho era por volta de 22 mil réis, isto é, significativamente mais cara do que uma ama acompanhada pela criança.

¹² Diante desse fato, a autora especula: “Quais as sortes possíveis para esta pobre mulher? Um senhor enfurecido, que poderia ser o pai da criança que a escrava carregava, talvez se obstinasse em explorá-la o mais que pudesse antes do parto, frente à possibilidade da bancarrota. Sobrevivente, ele a teria alugado como ama de leite sem se preocupar em privar da mãe uma criança preta que não seria sua escrava” (Telles, 2013, p. 251).

¹³ Outras ocupações exercidas pelas libertas eram: ama-seca, copeira, costureira, cozinheira, criada, doceira, engomadeira, lavadeira, pajem de criança, serviços domésticos e quitandeiras (Telles, 2013).

escarlatina, malária, vermes, sarnas, parasitas de cabelo e até mesmo lepra, o leite das escravas e suas descendentes livres estaria contaminado, sob a forma de ‘germes’, das ‘disposições hereditárias’ da escrava, que poderia desenvolver na cria branca, por exemplo, a suposta predisposição das escravas para a promiscuidade. (Ano, p. 253)

A experiência que dá origem à figura simbólica da “mãe preta” é, portanto, a de uma sociedade em a maternidade da mulher negra nem de longe tem o reconhecimento social com que foi construída a noção (idealizada) de ser mãe para as mulheres brancas. Acompanhamos como as amas-de-leite foram primeiramente destituídas da relação com o próprio filho e, depois, já num processo de construção do discurso racista brasileiro, também afastadas da relação com a criança branca.

Esses desdobramentos da prática da amamentação mercenária também parecem não deixar dúvidas de que a preocupação das esferas de poder da sociedade brasileira, o que inclui o âmbito da medicina, esteve centrada na criança branca (potência de continuidade do status quo) e em torno dela toda uma mobilização social foi desenvolvida (além das amas-de-leite, compunham o mercado que lhes servia: professores, amas secas, mucamas, mestras de costura, etc.) em detrimento das crianças negras, sistematicamente abandonadas¹⁴. A despeito do contingente de crianças constituir 20% da população escravizada do país, o bebê assim como a criança negra foram suprimidos na discursividade do período.

Desse modo, ao se abordar a figura da “mãe preta”, faz-se necessário sublinhar, portanto, que a supressão do filho negro merece centralidade¹⁵. Atenta a isso, Maria Helena P. T. Machado produziu um estudo que deu notoriedade à ausência da figuração das crianças negras no contexto de referência às amas-de-leite (inclusive na iconografia da época, em que é raro o registro de uma mãe negra com seu filho). De acordo com ela, a escravidão doméstica, sentimentalizada na representação da “mãe preta”, condensa relações de proximidade, dependência e intimidade perpassadas pela violência, conformando um intrincado de motivos sentimentais, econômicos e relações de poder. Se vista com atenção, a centralização desse problema na contraposição entre senhora branca e ama-de-leite negra traz implícita a competição entre crianças brancas e negras pelo alimento vital.

Sustentando isso como algo significativo, no texto “Entre Dois Beneditos: Histórias de amas de leite no ocaso da escravidão” (2012), pode-se acompanhar, de modo nada idealizado, a configuração do panorama assombroso da condição da mãe negra na segunda metade do século XIX. A partir da leitura de um processo criminal, a historiadora apresenta a história de Ambrosina, ama-de-leite acusada de ter assassinado por sufocamento Benedicto, o filho do senhor, a fim de se manter com o seu filho, também chamado Benedicto. No processo,

¹⁴ “Como sugerem Maria Lúcia Mott e Miriam Moreira Leite, a história da amamentação mercenária, cuja amplitude e importância gerou, até a introdução da mamadeira na segunda metade do século XIX e mesmo depois, um notável mercado de aluguel de escravas paridas, encontra sua *contrapartida na história da infância escrava abandonada*” (Telles, 2013, p. 251).

¹⁵ Ao apenas colocar em debate o problema configurado na triangulação: “ama-de-leite negra” + “criança branca” + “mãe branca”, alguns estudos contemporâneos reiteram a supressão da criança negra.

Ambrosina é descrita como descuidada e indisposta em relação à criança branca. As vozes senhoriais dos familiares de Benedicto permitem que adentremos no âmbito da escravidão doméstica (protegido pelo espaço privado) e, ao mesmo tempo, nos deparemos com as novas ideias – mencionadas por Telles e Roncador – acerca da amamentação e das relações com as amas-de-leite, isto é, a série de “práticas médico-jurídicas brasileiras [que] caminhavam para a delimitação de um conjunto de saberes eugênicos-racializados” aplicados com o intuito de condenar as mulheres, negras, à condição de portadoras de doenças e males e foco da perversão moral.

A condenação de Ambrosina, no primeiro momento, e sua prisão, mesmo que sem provas suficientes, apontam, segundo Machado, no sentido de uma hierarquia entre os sujeitos do discurso e para o fato de que “às mulheres [negras], o caminho da autonomia continuava a ser negociado no âmbito privado do trabalho doméstico e da explícita dependência pessoal”. O caso pode ser lido como não excepcional no que se refere à tensão cruel estabelecida entre todos os elementos da equação – a mãe negra e o bebê branco; a mãe negra e o bebê negro; a mãe branca e o bebê negro; a mãe negra e a mãe branca. Contudo, ele explicita não apenas a violência da conjuntura, mas também a capacidade de agência da ama-de-leite. Na medida em que faz isso, a reconstituição do episódio perturba a imagem da “mãe preta” evocada pelos modernistas e inscrita na literatura brasileira, já que, em consonância com o procedimento metodológico da micro-história, busca acercar-se da perspectiva de Ambrosina, a qual, dotada de subjetividade, desconstrói a figura chapada da “mãe preta”.

É forçoso reconhecer, nesse sentido, que se há uma escassez, beirando a nulidade, como escreve Roncador (2008), de estudos na teoria literária que se detenham na relação da “mãe-preta” com os imaginários (literário e popular, segundo ela)¹⁶, é uma vez mais pelo discurso da história social da escravidão que podemos ter acesso a conteúdos que dizem em profundidade sobre a existência das mulheres negras atuantes como amas-de-leite e convergem com o nosso interesse principal na medida em que fornecem elementos que são convocados e desconstruídos pela literatura negra contemporânea no Brasil e, nesse contínuo, são fundamentais para sua apreensão. Os textos dos historiadores aqui convocados permitem a depreensão de que no período a que estamos nos referindo, engravidar e dar a luz a uma criança não atesta ou redefine a subjetividade da mulher negra, mas apenas redimensiona sua inserção, enquanto corpo de trabalho, no espectro de empregos a que ela será submetida, tendo em vista a

¹⁶ “Em outras palavras, apesar de sua evidência nos romances autobiográficos e no texto de memórias do autor [José Lins do Rego], a *maternidade negra* é um tema sistematicamente negligenciado pelos seus críticos. A negação desse tema também se manifesta na recepção crítica às memórias de outros escritores modernistas onde, como já disse, a mãe-preta igualmente figura como emblema do legado cultural e moral dos antigos engenhos. Além disso, não obstante a importância do mito da mãe-preta no modernismo, e sua presença, ainda que marginal, na literatura oitocentista, não existe um único estudo sobre a evolução desse mito nos imaginários literário e popular brasileiros. Minhas fontes teóricas referem-se, portanto, à presença da mãe-preta nos Estados Unidos, país onde o mito teve um enorme impacto no imaginário popular da escravidão, e em particular do “Velho Sul” (equivalente regional do antigo nordeste agrário brasileiro)” (Roncador, 2008, p. 137) (grifo meu).

pouca autonomia que detém sobre si¹⁷. Desse modo, configura-se a experiência da amamentação mercenária enquanto lastro social das transfigurações estéticas operadas pela literatura canônica brasileira.

Estigmatizada pelos escritores e silenciada pela crítica, a “mãe preta” configurou a outra forma, um contraponto da “mulata”, pela qual canonicamente a mulher negra marcou presença em parte da literatura tida como nacional¹⁸. A discursividade resultante do encontro dessas narrativas (e ironicamente expresso como recalque nas obras literárias) ratifica que o corpo da mulher negra, quando mãe, segue sendo lido como corpo-força-de-trabalho, na medida em que capacidade geradora da mulher negra é afirmada, mas negada simultaneamente no gesto de interdição da relação com seus próprios filhos. Sendo assim, os dois paradigmas de representação – o da “mulata” e o da “mãe preta” – subtraem a possibilidade de que a mulher negra seja representada subjetivamente enquanto mãe, na medida em que num dos casos ela é estéril e no outro sua relação com o próprio filho é invisibilizada, restando apenas o corpo uma vez mais como objeto, neste caso a serviço de prover alimento (e afeto) para a criança branca.

A escritora Conceição Evaristo (2005) foi quem contemporaneamente chamou atenção para a quase ausência da representação da maternidade da mulher negra no campo literário do país¹⁹ e, ratificando o argumento desenvolvido até aqui, escreveu: “Quanto à mãe-preta, aquela que causa comiseração ao poeta, cuida dos filhos dos brancos em detrimento dos seus. Mata-se no discurso literário a sua prole, ou melhor, na ficção elas surgem como mulheres infecundas e por tanto perigosas” (2005, p. 02). Ainda que tenhamos uma tradição de escrita negra que pode ser lida de modo complementar às obras canônicas em que encontramos esse tipo de representação²⁰, a autora salienta e aprofunda a reflexão que tem como núcleo os vínculos entre um projeto nacional excludente e a literatura:

¹⁷ Essa objetificação do corpo da mulher negra aparece, inclusive, na nomeação de uma de nossas leis, a Lei do Ventre-Livre, de 1871, segundo a qual os filhos das escravas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres. A ideia do “ventre livre” sinaliza uma vez mais a exposição do corpo da mulher negra alienado de sua subjetividade na medida em que o ventre é descrito como um mero reprodutor da força de trabalho que sustenta o sistema político-econômico da época.

¹⁸ A fim de abordar esse problema e romper com o silêncio da crítica denunciado por Roncador, está o trabalho de Eduardo de Assis Duarte, na medida em que o crítico investe na delimitação de um conceito e de um conjunto de obras suplementar ao cânone da literatura brasileira, denominado como afro-brasileiro, por meio do qual temos acesso a representações que fazem frente às supressões tanto das personagens negras, quanto, nos casos em que elas aparecem, ao esvaziamento de sua subjetividade. Desde o âmbito da escrita literária, destaca-se Conceição Evaristo, que trabalha no sentido de preencher as lacunas e ressignificar a presença do negro e da negra na literatura, já que é possível notar que as figuras estigmatizadas descritas aqui foram atualizadas ao longo dos anos e ainda compõem o imaginário simbólico nacionalista.

¹⁹ Isso não significa que não hajam representações da maternidade desde a perspectiva da mulher negra. Maria Firmina dos Reis, ainda no contexto escravista do século XIX, transfigurou literariamente essa experiência (que aparece de modo contundente no conto “A escrava” de 1887), que também constitui, por exemplo, o diário de Carolina Maria de Jesus em meados do século XX (Quarto de despejo, 1960) e, com o fortalecimento da produção literária de mulheres negras nas últimas décadas, tem na própria Conceição Evaristo referência de uma série de personagens que são mães negras e lidam de formas diversas com o evento da maternidade.

²⁰ A experiência da maternidade negra (e suas interdições) já aparece de modo contundente, por exemplo, em Maria Firmina dos Reis, no conto “A escrava” de 1877. Com o salto de quase um

A representação literária da mulher negra, ainda ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor, não desenha para ela a imagem de mulher-mãe, perfil desenhado para as mulheres brancas em geral. Personagens negras como Rita Baiana, Gabriela, e outras não são construídas como mulheres que geram descendência. Observando que o imaginário sobre a mulher na cultura ocidental constrói-se na dialética do bem e do mal, do anjo e demônio, cujas figuras símbolos são Eva e de Maria e que o corpo da mulher se salva pela maternidade, a ausência de tal representação para a mulher negra, acaba por fixar a mulher negra no lugar de um mal não redimido. (Evaristo, 2005, p. 2)

A contundência das asserções de Evaristo – somadas às análises de Duarte e à tecitura conceitual que busquei (re)construir aqui – reverberam na produção literária contemporânea, sobretudo naquela produzida desde a rubrica da literatura negra. Dentre essas obras destaca-se o romance *Um defeito de cor* escrito por Ana Maria Gonçalves e publicado em 2006. O livro tem um foco narrativo inédito: uma mulher africana escravizada ou, se consideramos a condição da narradora ao final de sua vida, quando dita relato, uma liberta. A obra constitui-se como uma longa carta elaborada por Kehinde durante uma travessia marítima em direção ao Brasil, na qual, ela empreende uma viagem na busca daquele que seria o destinatário do texto: seu filho, Luiz. Este, apesar de ter nascido livre, teria sido vendido como escravo pelo próprio pai, o português Alberto, e desde então desaparecido. Propondo-se a contar o seu périplo, Kehinde relata sua vida desde o momento em que, ainda criança, no Daomé, é capturada e levada ao Brasil como escrava, até a situação presente, em que, tendo voltado a residir na África, tornou-se uma rica comerciante e constituiu uma nova família. A narrativa produzida consiste em reelaborar, desde uma perspectiva negra feminina, um significativo recorte do século XIX no Brasil. Os conflitos engendrados pela experiência da escravidão, aqui apresentados, se conformam no romance a partir de um discurso complexo que tem a luta pela maternidade como fundamento. Sendo assim, a análise de *Um defeito de cor* obriga-nos a adentrar de modo detido no conjunto de questões pertinentes à representação da maternidade da mulher negra na literatura produzida no Brasil. O romance desconstrói o estereótipo da “mãe preta” (integrando-se, assim, à linhagem da literatura negra que mencionei) e inscreve uma experiência de maternidade negra, a qual, de modo particular, é disruptiva em relação ao discurso nacionalista brasileiro, revelando sua dimensão ideológica e racista.

Referências bibliográficas

- Corrêa, M. (1996). Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, 6/7. Campinas. Disponível em: <file:///C:/Users/Fabiana/Downloads/1860-2481-1-SM.pdf>. Acessado em 07/2016.
- Costa, J. F. (1979). *Ordem médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

século, também pode ser apreendida em Quarto de despejo de Carolina Maria de Jesus, ou ainda para aterrisar no século XXI em muitas das obras da própria Evaristo. Isso apenas para mencionarmos algumas das autoras que têm recebido mais atenção da crítica acadêmica.

- Dalcastagnè, R. (2011). A personagem negra na literatura brasileira contemporânea. In *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (vol. 4: história, teoria, polêmica). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Deiab, R. A. (2006). *A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950)* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia da FFLCH.
- Duarte, E. A. (2009). Mulheres marcadas: literatura, gênero e etnicidade. *Terra roxa e outras terras: Revista de estudos literários*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 17 A.
- El-Kareh, A. C. (2004). Famílias adotivas, amas-de-leite e amas-secas e o comércio de leite materno e de carinho na corte do Rio de Janeiro. *Revista Gênero*, Niterói, 4 (2).
- Evaristo, C. (2005). Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In *Mulheres no Mundo: Etnia, Marginalidade e Diáspora*. João Pessoa: UFPB, Idéia/Editora Universitária.
- Freyre, G. (2013). *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.
- Gonçalves, A. M. (2006). *Um defeito de cor*. São Paulo: Editora Record.
- Guimarães, B. (1998). *A escrava Isaura*. São Paulo: Martin Claret.
- Machado, M. H. P. T. (2012). Entre Dois Beneditos: Histórias de amas de leite no ocaso da escravidão. In *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. São Paulo: Summus/Selo Negro.
- Mott, M. L. B. (1989). Se mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista de História*. São Paulo: FFLCHUSP, 120.
- Roncador, S. (2008). O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. In *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília: UNB, 31.
- Telles, L. F. S. (2013). *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda.
- Wallace-Sanders, K. (2008). *Mammy: a century of race, gender, and southern memory*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Resumo

A presença da mulher negra no conjunto de obras que foi alçado à condição de literatura canônica brasileira é reduzida e, quando existente, da-se por meio de estereótipos e estigmatizações. Dentre essas representações, destacam-se o estereótipo da “mulata” e o da “mãe-preta”, em ambos os casos figuras em que a maternidade surge como interdição. Tendo como pressuposto o trabalho de análise do romance contemporâneo *Um defeito de cor*, escrito por Ana Maria Gonçalves e publicado em 2006, esse artigo propõe-se a refletir sobre como a maternidade negra foi configurada, sobretudo por meio do mito da “mãe-preta”, na literatura canônica produzida no Brasil. Objetiva-se, assim, apresentar como a rasura da concepção da mulher negra como mãe vinculasse ao construto ideológico do nacionalismo brasileiro – o qual opera a partir da obnubilção das fronteiras, diferenças e conflitos raciais – e, no mesmo contínuo, à dificuldade de assunção da matriz africana na constituição transatlântica da história do país.

Abstract

The presence of black women in the set of works elevated to the condition of Brazilian canonical literature is reduced and, when existing, it is given through stereotypes and stigmatizations. Among these representations, the stereotypes of the “mulata” and the “mãe-preta”, figures in which maternity appears as interdiction, stand out. Taking into account the analysis of the contemporary novel *Um defeito de cor*, written by Ana Maria Gonçalves and published in 2006, this article proposes to reflect on how black motherhood was configured, especially through the myth of the “mãe-preta”, in Brazilian canonical literature. The purpose of this article is to present how the amended conception of the black woman as a mother is linked to the ideological construct of Brazilian nationalism – which hides the frontiers, differences and racial conflicts – and, in the same continuum, to the difficulty in the assumption of the African matrix in the transatlantic constitution of the country’s history.